

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.831.485 - RO (2019/0238338-8)**

**RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**RECORRENTE : SAULO AMELIO (PRESO)**  
**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
**RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA**

**DECISÃO**

SAULO AMÉLIO interpõe recurso especial, com fundamento no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia**.

O recorrente aponta violação do art. 392, II, do Código de Processo Penal. Sustenta que "devem ser intimados da sentença condenatória tanto o acusado quanto o seu defensor, não importando, porém, a ordem dos referidos atos processuais, sendo certo que o prazo para a interposição de recurso será contado da data da última intimação" (fl. 648).

Requer o provimento do recurso, a fim de que, afastada a intempestividade da apelação, seja o referido recurso conhecido.

Apresentadas as contrarrazões e admitido o especial, o Ministério Público Federal manifestou-se pelo seu não conhecimento.

**Decido.**

Primeiramente, observo que o recurso especial suplanta o juízo de prelibação, haja vista a ocorrência do necessário prequestionamento, além de estarem presentes os demais pressupostos de admissibilidade, razões pelas quais avanço na análise de mérito da controvérsia.

**I. Contextualização**

**O recorrente foi condenado, em primeira instância, como incurso no art. 157, § 2º, I e II, do Código Penal, à pena de 6 anos, 1 mês e 10 dias de reclusão e 10 dias-multa, em regime inicial semiaberto. Interposta apelação pela defesa, o recurso não foi conhecido em razão da sua intempestividade.**

**II. Termo inicial para a interposição da apelação**

O Tribunal de Justiça não conheceu do recurso de apelação, em virtude da sua intempestividade, a respeito da qual manifestou-se nos seguintes termos (fl. 624, grifei):

Examinando os autos, verifico que razão assiste ao recorrido.

**Deveras o recurso não preenche o pressuposto de admissibilidade, porquanto lhe falta o requisito de regularidade formal, ou seja, é intempestivo.**

Com efeito, a sentença condenatória foi proferida no dia 21/02/2018 (fls. 445/452), **sendo os autos recebidos na Defensoria Pública no dia 07/03/2018** (fl. 453v.), tendo a i. **Defensora Pública** o devolvido, no mesmo dia, com a manifestação de fl. 454 e sv. **requerendo o aguardo do retorno da carta precatória de intimação do recorrente.**

No dia 19/04/2018, a Defensoria Pública interpôs o recurso de apelação, juntamente com as respectivas razões, bem como com a declaração do recorrente informando que ele foi intimado da sentença no dia 16/4/2018, esclarecendo que havia manifestado o desejo de recorrer (fl. 463).

**Todavia, o prazo para o réu recorrer, estando solto, iniciou com a intimação pessoal da Defensora Pública (07/03/2018) e não da intimação pessoal do réu, não sendo sequer necessária a sua intimação pessoal** (STJ - RHC 66.996/RR, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 17/08/2017, DJe 28/08/2017; TJ/RO AC 0014435-16.2007.8.22.0011, j. 31/05/2017).

**Portanto, sendo o apelo interposto somente no dia 14/04/2018, ou seja, há mais de 10 (dez) dias da data da intimação da sentença, induvidosa a sua intempestividade.**

Ante ao exposto NÃO CONHEÇO do recurso.

Ainda que, em minha concepção, seja direito de todo acusado ser informado a respeito do resultado do julgamento da ação penal, com os meios e os recursos a ele inerentes, nos termos do art. 5º, LV, da Constituição Federal, independentemente de disposição expressa no Código de Processo Penal, **as Turmas que compõem a Terceira Seção são firmes em assinalar que, consoante a previsão do art. 392, II, do CPP, em caso de réu solto (não declarado revel), é suficiente a intimação do defensor acerca da sentença condenatória, procedimento que garante a observância da ampla defesa e do**

**contraditório.**

Ilustrativamente:

[...]

2. Consoante o disposto no art. 392, inciso II, do Código de Processo Penal, **tratando-se de réu solto, é desnecessária a intimação pessoal da sentença condenatória, bastando a intimação do defensor constituído. Precedentes.**

3. [...]

4. Habeas corpus não conhecido.

(HC n. 450.573/PB, Rel. Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, 5ª T., DJe 20/6/2018, grifei)

Nos termos do art. 392, I, do Código de Processo Penal, a **obrigatoriedade da intimação pessoal do réu**, da sentença condenatória, **somente se configura se ele estiver preso**. No entanto, **na hipótese de o réu estar solto, a intimação será feita ou a ele pessoalmente, ou ao seu defensor**, segundo o inciso II deste mesmo dispositivo legal. Assim, com a intimação da Defensoria Pública, como ocorreu no presente caso, inicia-se a contagem do prazo recursal, já que cumprida a regra legal.

O acórdão recorrido está em harmonia com a jurisprudência desta Corte Superior, motivo pelo qual permanece hígido o acórdão recorrido.

### **III. Dispositivo**

À vista do exposto, com fundamento no art. 932, VIII, do CPC, c/c o art. 34, XVIII, "c", parte final, do RISTJ, **nego provimento ao recurso especial.**

Publique-se e intemem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ  
Relator